



XIII Congresso da SAB
Arqueologia, Patrimônio e Turismo
C a m p o G r a n d e - M S
04 a 08 de setembro de 2005

Setembro de 2005

RESUMOS



XIII Congresso da SAB
Arqueologia, Patrimônio e Turismo
Campo Grande - MS
04 a 08 de setembro de 2005

Campo Grande - MS

RESUMOS

XIII Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

Coordenação Geral:

Gilson Rodolfo Martins

Coordenação Operacional:

Everson Paulo Fogolari

Desenvolvimento Multimídia e Comunicação Visual

Fabricio Yukio T. Munhoz
Iberê de Andrade Martins

Logística e Teleatendimento:

Alexandre Guimarães
Emílio González Silva
Walter Fagundes Morales
Cíntia Bendazzoli Simões
Geise Almeida
Ângela de Oliveira Santos
Verônica Ângela Lopes
Ana Paula Souza
Iberê de Andrade Martins
Fabricio Yukio T. Munhoz

Comissão Científica:

Prof. Dr. Gilson R. Martins
Prof. Dr. André Prous
Prof. Dr. José Luiz de Moraes
Profa. Dra. Erika M. Robrahn-González
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari.

Diretoria SAB

Presidente:

Gilson Rodolfo Martins

Vice-Presidente:

André Prous

Secretário:

Paulo Zanettini

Tesoureiro:

Everson Paulo Fogolari

Conselho Editorial:

Maria Dulce B. Gaspar de Oliveira
Paulo Antônio Dantas de Blasis
Maria Cristina Oliveira Bruno

Conselho de Seleção:

Adriana Schmidt Dias
Gilson Rambe
Marco Aurelio Nadal Mazzi

Conselho Fiscal:

Rossano Lopes Bastos
Sibeli Viani
Vera Lúcia Guapindaia

Os textos contidos nesta publicação são de total responsabilidade dos autores.

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO AMAPÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Marcos Albuquerque

A história do Amapá sob ótica arqueológica está a ser construída. Apesar do Amapá ser um dos Estados brasileiros com maior área preservada, ainda assim é uma fronteira agrícola. Deste modo, os sítios arqueológicos contam com dois tipos de ameaça iminente: a força de retomada de áreas pela natureza de um lado, e a velocidade destrutiva das máquinas agrícolas, de outro. Dentre o seu patrimônio histórico, certamente a Fortaleza de São José é o mais conhecido. Uma obra monumental, construída basicamente em tijolo e cal. Apesar de pouco conhecido, o patrimônio histórico do Amapá é bem mais amplo, carecendo entretanto de estudo e divulgação. Por outro lado, ali, muitas das construções se fez de madeira ou de barro. Mesmo quando, na 2ª metade do século XVIII, a metrópole cuidou de construir vilas para garantir a posse da terra, à exceção da arquitetura oficial e religiosa, foram ainda a madeira e o barro que dominaram. Mesmo nas construções de pedra, foi o barro, muitas vezes sem adição de cal, que serviu de argamassa para uni-las. É natural o emprego de matéria prima local, abundante, adequada às condições naturais. Do ponto de vista de sua conservação, entretanto, é muito susceptível aos efeitos do abandono. E vilas inteiras, planejadas e construídas foram abandonadas, retomadas pela floresta. Os métodos e técnicas desenvolvidos pela Arqueologia certamente permitem resgatar informações sobre tais estruturas: sua distribuição espacial, uso, técnicas de construção, vestígios do cotidiano, etc.. Entretanto, a conservação destes bens, sua disponibilização ao público é um desafio a ser enfrentado.

AMAPÁ – GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Maria Lucia Franco Pardi
Odete Silveira

A 2ª. Superintendência Regional do Iphan atendeu as solicitações do programa de gerenciamento costeiro GERCO/IEPA para verificar grande quantidade de ocorrências encontradas por seus pesquisadores durante trabalhos de mapeamento. Durante anos, pesquisas em preservação foram desenvolvidas, em parceria também com o Museu Joaquim Caetano da Silva / Fundecap, o Departamento de Turismo – DETUR e as Secretarias de Estado de Infra-estrutura e Obras. Em decorrência das ações e parcerias estabelecidas, o governo do estado editou um programa específico, onde cria duas instituições, uma de pesquisa (CEPAR/IEPA) e outra de gestão (Divisão de Arqueologia da Fundecap), além de 5 cargos, além da inserção de arqueólogos em listagem de concurso (Decreto n. 1508/2005). O Museu deverá ser fortalecido em suas instalações e em suas funções precípua de guarda, curadoria e educação. Este processo está sendo incrementado com parcerias da iniciativa privada. Neste período, o número de sítios arqueológicos conhecidos multiplicou, em função de ações diretas e indiretas, direcionadas ao conhecimento amostral qualitativo. Algumas questões observadas e as análises do SGPA – Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico/Iphan, auxiliaram a compreensão da distribuição espacial destes vestígios pelo território. Servem também de diretriz para o desenvolvimento de instrumentos e a edição das políticas que vem sendo discutidas e desenvolvidas. Serão propostos alguns instrumentos de gestão, assim como uma carta que mapeia áreas de ocorrências específicas, observado o cruzamento das informações sobre preferências de ocupação topo-morfológicas, as características ambientais, os ti-

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico – Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica do Amapá: limites e possibilidades. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO, 13., 2006, Campo Grande. **Resumos...** Campo Grande: Edelbra, 2005. p. 17.